

APACEF/RJ SUPERLOTA AUDITÓRIO DA CAIXA E EXIGE SOLUÇÃO PARA PMPP, NOVO PLANO E PÓS-78



Composição da Mesa: Carlos Alonso, Francisca de Assis, Yona Monteiro, Sérgio Francisco, Olívio Vieira, Carlos Levino e Paulo Sérgio

A APACEF/RJ e o público que superlotou o auditório da Caixa, na Av. Almirante Barroso, no Rio, em 26 de janeiro, entraram 2005 com o pé direito. As mais de 400 pessoas que prestigiaram e participaram com perguntas do evento exibiram suas preocupações diante de indefinições com o futuro e com a garantia de que os problemas serão resolvidos. Como ficarão os Pós-78, os PMPPs, os desejosos de migração do Replan, as pensionistas, que aguardam ansiosamente a aprovação do Novo Plano de Benefícios(?), entre outras questões indigestas.

A palestra, da qual participaram personalidades preocupadas com os problemas que afligem milhares de aposentados e pensionistas para garantir seus direitos, teve como tema “Novo Plano de Benefícios e PMPP”. (Leia o noticiário que poderá mudar o futuro de aposentados, pensionistas e ativos, nas páginas 2, 3, 4, 5, 6 e 7)



Aposentados lotaram as dependências do auditório da Caixa, na Av. Almirante Barroso, no Rio

Editorial

CONQUISTAS: SÓ COM UNIÃO E MOBILIZAÇÃO

Olívio Gomes Vieira*

Os aposentados e pensionistas da Caixa deram uma demonstração inequívoca de que, com união e organização, é possível obter as conquistas tão desejadas há quase três décadas. Eles compareceram e influíram na palestra de 26 de janeiro com a presença de mais de 400 pessoas, que se acotovelaram ocupando o auditório da sede da CEF.

Os palestrantes tiveram muito trabalho em abordar os temas programados pela complexidade que envolve cada um dos assuntos — a adoção de um novo plano e o PMPP, Pós-78 e REB.

A omissão e o marasmo que fustigam aposentados e pensionistas da Caixa podem estar com seus dias contados graças à convocação de associações de classe para que seu clamor ganhe as ruas e, mobilizados, tenham suas reivindicações oriundas de interpretações administrativas equivocadas do INSS — as Ordens de Serviços (OS n^{os} 552/96 e 614/98) e as mais recentes para postergação da própria CEF (*vide os tíquetes alimentação*). Nesse sentido, emerge uma pergunta que não quer se calar: Será que o peso da caneta é o obstáculo para se encontrar a solução?

Na sucessão de desmandos, preocupam-nos as apresentações de José Carlos Alonso, presidente da Fenae, e de Francisca de Assis, membro eleita pelos participantes para o Conselho Deliberativo da Funcef, externadas na reunião. O pronunciamento do presidente da Funcef, Guilherme Lacerda, divulgado no *Jornal Valor Econômico*, de 13 de fevereiro, e publicada no *Funcef Notícias*, de 14 de fevereiro, reforça as colocações feitas pelos dois palestrantes que foram confirmadas por Lacerda de que há necessidade de aporte para a Fundação

da ordem de R\$ 500 milhões a R\$ 1 bilhão. Por que despender essa dinheirama? Porque existe a necessidade de provisionamento para cobrir demandas judiciais reclamadas por cerca de 6 mil participantes contra a Funcef para pagar benefícios já concedidos. O presidente da Funcef afirma que o número de ação judicial chega a casa de 5 mil e que concorda em negociação “amigável” com os participantes. Será que mais um acordo se avizinha?

Todas estas dúvidas convergem para a principal indagação: Qual a estratégia a ser adotada pelas Fundações em função da taxa de mortalidade, dado o crescente índice de longevidade apresentada pelos participantes em decorrência da melhoria da qualidade de vida? Os cálculos atuariais em vigor prevêem esta realidade plausível?

Assim como a mobilização de todos torna-se necessária para equacionar os problemas não resolvidos, essa sucessão de erros pode desaguar num novo PMPP. A Funcef, estrategicamente, criou um pacote de soluções a ser deflagrado quando da migração para um novo plano — incluindo Pós-78, PMPP, migração do Replan para um novo plano e PMPP. Como tornar viável com todos esses questionamentos que se fazem ainda — De onde virá o aporte de recursos necessários? Como resolver as 6 mil ações que correm na Justiça contra a Funcef?

A nossa intenção não é de alardear para os quatro cantos a aflição em que vivemos, mas sim de justificar a crescente mobilização que não deve ser tão-somente de aposentados e pensionistas, mas também de ativos, que, vale lembrar, serão os aposentados de amanhã.

*Presidente da APACEF/RJ e membro do Conselho Deliberativo da Funcef



Olívio Gomes Vieira, organizador do evento, presidiu os trabalhos

Na abertura da palestra “Novo Plano de Benefícios e PMPP”, realizada no auditório da Caixa, na Av. Almirante Barroso, no Centro, em 26 de janeiro, o presidente da APACEF/RJ, Olívio Gomes Vieira, organizador do evento, afirmou que o encontro “é uma tribuna livre para se encontrar soluções para as questões que vêm se arrastando há muito tempo e que requerem soluções imediatas”. Para ele, a partir deste ano, podemos “fazer acontecer questões pendentes desde que haja muita união e mobilização”, acrescentou. Diante de um auditório superlotado (mais de 400 aposentados e pensionistas compareceram ao evento), os componentes da mesa foram apresentados à platéia — Carlos Levino, vice-presidente da Fenacef, José Carlos Alonso, presidente da Fenae, Francisca de Assis, membro do Conselho Deliberativo eleita pelos participantes da Funcef, Paulo Sérgio Ferreira, representante do vice-presidente de Logística da CEF, Sérgio Francisco da Silva, diretor de Benefícios e de Administração da Funcef, Yona Monteiro Dias, presidente da Unei.

A pauta do encontro foi bastante explorada pelos palestrantes. O presidente da Fenae e membro eleito do Conselho Deliberativo da Funcef, José Car-

“É preciso encontrar soluções já para os problemas da Funcef”

los Alonso, que falou sobre o Novo plano de benefícios, destacou os caminhos trilhados para a adoção de um plano que torne os direitos iguais para todos: “Quero agradecer pelo convite para estar participando deste debate e, para nós do Conselho Deliberativo da Funcef, é extremamente saudável e necessária a discussão direta com os participantes da Funcef para que a gente possa encontrar as alternativas e soluções para os problemas emperrados há muitos anos”.

Para Alonso a administração atual da Funcef está demonstrando preocupações com relação ao futuro de aposentados, pensionistas e ativos: “Nós criamos um núcleo de trabalho para fazer diagnósticos dos problemas da Funcef, para sabermos o que se passa com os empregados ativos, aposentados e pensionistas e fazer um diagnóstico da real situação da Fundação para que a gente possa elaborar uma alternativa e garantir a dignidade merecida dos que construíram a Caixa durante toda vida.

Ele acrescentou que foi “com muita discussão, apesar das divergências, que construímos um caminho bonito e finalizar um processo de um novo plano para a Fundação, cujo objetivo é igualar direitos para todos.

Por sua vez, Sérgio Francisco da Silva, diretor de Benefícios e de Administração da Funcef, afirmou que a Fundação chama de “solução” o novo Plano, isto é, “uma tentativa de resolver a maioria dos problemas vinculados aos planos de previdência que a Funcef administra. Não temos a pretensão de resolver todos, mas a construção desta resolução é a tentativa de

solucionar a maioria”, disse o diretor, acrescentando que a Lei Complementar nº 109, manda incluir nos planos o benefício proporcional, a questão de resgate, contabilidade e autopatrocínio e, basicamente, as pessoas que ainda não se aposentaram.

O PLANO DE MELHORIAS DE PROVENTOS E PENSÕES (PMPP) FOI ABORDADO PELO VICE-PRESIDENTE DA FENACEF, CARLOS LEVINO

Sérgio Francisco fez questão de enfatizar que o acordo entre a Caixa e a Funcef para a dívida sofreu alterações: “O fechamento do acordo da dívida entre a Caixa e a Funcef abriu, além da contratação de alterações nos planos, um processo de negociação nestas alterações. Então a solução que está sendo apresentada já não é mais a que existia há dois anos, no começo de 2003. O processo de negociação de participação das representações chegou numa proposta que é superior, e resolve mais problemas do que foi colocado quando na ocasião do fechamento do acordo da dívida”. Ele destacou ainda que uma das vantagens do novo plano de benefícios é a retirada da exigência dos cinquenta e cinco anos de idade para quem entrou no pós-78.

O Plano de Melhorias de Proventos e Pensões (PMPP) foi abordado pelo vice-presidente da Fenacef, Carlos Levino, que destacou os grupos existentes no plano. “O primeiro gru-

po que está na Funcef hoje, 700 pessoas, e os 1.700 que têm uma situação diferenciada. Estes já foram da Funcef, mas a Fundação resolveu que eles não fariam mais parte do Fundo de Pensão. Então este grupo formou o PMPP que foi uma solução encontrada pela Caixa para tentar igualar o pessoal que não tinha benefícios concedidos pelo Sasse”, contou.

Ele salientou a trajetória percorrida pelo PMPP: “Em 96 conseguiu-se uma situação correta, a transferência de responsabilidade do pagamento para o INSS, que foi uma exigência da norma 552, com parecer jurídico do próprio Instituto. Segundo Levino a norma assegurava o reajuste no mesmo sistema da Caixa Econômica”.

Em 98, por determinação do INSS, o reajuste não devia sofrer alterações e se adequar ao Regime Geral da Previdência, entrando em vigor a Norma 614. “Este dispositivo não tem nenhum inconveniente, a norma é muito boa até. Ela dá o Regime da Previdência, que nos últimos seis anos, foi melhor. Porém, a Norma 614 tem um dispositivo que exigia retroagir a competência de aplicação a maio de 96”, afirmou Carlos Levino acrescentando que “ela gerava um problema sério em relação aos colegas do PMPP, que teriam um desajuste em vez de um reajuste”. Segundo ele, não houve outra saída senão ingressar com “ações judiciais para impedir que isso ocorresse e esses nossos 1.800 colegas que, naquele tempo, eram 2.200 tivessem desajuste ao invés de reajuste”.

EXPEDIENTE

Jornal da Associação de Aposentados e Pensionistas da CEF, no Rio de Janeiro (APACEF/RJ) – Av. Almirante Barroso, 06 – Gr. 403/411 – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20031-000 Tel./Fax: (21) 2262-5177 / 2220-8137 – e-mail: apacef.presidencia@veloxmail.com.br. A APACEF/RJ é filiada à Fenae (Federação Nacional das Associações Economiárias) e à Fenacef (Federação Nacional dos Aposentados da CEF) **Diretoria da APACEF/RJ** – Diretor Presidente: Olívio Gomes Vieira, 1º. Vice-Presidente: Walter da Silveira Guedes, 2º. Vice-Presidente: Severino Francisco Caldas, Diretor Administrativo: Jorge Pereira Borges, 2º. Vice-Diretor Administrativo: Lécio Heitor R.P. Leite, Diretor Financeiro: Algemar José Ferreira, 1º. Vice-Diretor Financeiro: Rubem de Assis, Diretor de Assistência: Onelso Bruno, 1º. Vice-Diretor Assistencial: Ubirajara Manhães, Diretor Social Cultura: Maria das Dores Augusta dos Santos, 1º. Vice-Diretor Social Cultural: Elineide Alcântara Coragem, **Assessores Especiais da Presidência**: José Fernando Pessoa de Almeida, Aurora da Silva Novaes, Yolanda Lauria Orlando, **Conselho Deliberativo** – Presidente: José Maria de Carvalho Junior, Vice-Presidente: Maria Luiza Rosso Tenório Wanderley, Secretária: Dayse Reis Coelho Branco, **Efetivos**: Haroldo Mulyaert Filho, Hélcio José D. França, Albino de Amorim Leite, Sylvio Cordeiro Hildebrant, Marly Ferreira de Mattos, Clélia Guimarães Martins, Rogério Ferreira Gomes, Mario Teixeira de Carvalho, Laécio Vieira Jacques, César Lima dos Santos, Walter da Silva, Waldemar Ricardo de Oliveira, José Maria R. de Oliveira, **Suplentes**: Rosalina Gomes S. Fontes, Francisco dos Santos, Afonso José de Paula, José Nelson Simões, Maurício Baptista, **Conselho Fiscal**: Presidente: Adyr Machado da Silva, Secretário: Paulo Roberto de Araújo, José Carlos de O. Mandado, Aluizio Hall Pires, Judith Froes Martins.

O ECONOMIÁRIO Editor-Responsável: Airton Rodrigues (Mtb 13.185 RJ) – Projeto gráfico e Diagramação: Luiz Roberto Martins – Tiragem 15.000 exemplares.

ENTREVISTA/SÉRGIO FRANCISCO DA SILVA

Novo Plano de Benefícios é salvação para a Funcef quitar as 6 mil ações judiciais



O Economiário – Quais as medidas adotadas pela Funcef para resolver as cerca de 6 mil ações judiciais que tramitam contra ela na Justiça?

Sérgio Francisco da Silva - As 6 mil ações judiciais dos diversos participantes da Funcef são de diversos os motivos. A intenção da criação dessa solução — o Novo Plano de Benefícios — tem o objetivo de adequação à lei, resolver o que foi contratado em torno da dívida, entre outras coisas, e visa, também, a retirada da exigência de 55 anos de idade no pós-78. Nesse sentido foi criado um grupo de trabalho, com participação da Caixa, da Funcef e dos participantes, que passaram 60 dias dentro da Funcef debatendo quais são os problemas, decorrentes de decisões da Funcef e da Caixa. Na tentativa de resolver, o Grupo de Trabalho fez a seguinte proposta, chamada de Solução Novo Plano: cria-se um grupo de trabalho, que chegou a uma proposta consensual aprovada pela diretoria executiva da Funcef e remetida à Caixa que fará sua análise.

O Economiário – Quais ações deverão ser adotadas pelo Grupo de Trabalho?

SFS - A primeira ação a ser tomada é a criação do novo plano. Para a Caixa tem a vantagem da redução do custeio do plano vigente; a adequação do Plano de Benefício Definido para a Contribuição Definida possibilita à Caixa fazer um ajuste, baseado numa nova estruturação na política de RH a fim de reduzir a tensão social, isto é, constantemente pessoas procuram a Caixa e cobram da Funcef uma solução para os problemas causados pelas ações e processos de migração. Vocês que estão acompanhando este processo sabem que existem algumas ações que questionam o processo de migração que foi proposto lá trás. Então, o Novo Plano resolve esta questão e reduz o risco da Caixa e, conseqüentemente, faz com que a Caixa tenha uma melhoria, pois ela é

A Funcef está enfrentando mais um desafio para quitar a enxurrada de demandas judiciais impetradas pelos participantes do Fundo de Pensão — são cerca de 6 mil ações judiciais que cobram reajustes atrasados, tíquete alimentação, entre outros. Para o diretor de Benefícios e de Administração da Funcef, Sérgio Francisco da Silva, a solução está no Novo Plano de Benefícios “que tem por objetivo a adequação à lei; resolver o que foi contratado em torno da dívida, entre outras coisas, visa, também, a retirada da exigência de 55 anos de idade no pós-78”, Asseverou.

a patrocinadora do plano de previdência do modelo de benefício definido.

O Economiário – O saldamento do Replan é dado como certo com a aprovação do Novo Plano de Benefícios?

SFS - Uma nova formatação do Plano do Replan contempla a adequação dos benefícios saudáveis e a situação com benefícios não saudáveis, ou seja, a opção livre. Está sendo feita uma reestruturação do Replan e vai ser aberta uma opção para as pessoas de forma livre e espontânea e cada um faz a opção de acordo com a sua conveniência e o seu desejo. Quais são os participantes que vão estar com os benefícios saldados? Os participantes com os benefícios saldados asseguram os direitos previstos e optam pelo novo plano. Aqui o pessoal que faz opção pelo saldamento e começa a contribuir no novo plano.

Todos os benefícios atualizados serão pelo INPC. A adesão será livre e desembaraçada, não haverá migração de reservas ou benefícios, que era o grande questionamento no processo de migração, de reservas de benefícios e de patrimônio. E a garantia para este processo é o patrimônio atual do Replan. Quem não quiser fazer a opção mantém-se nas condições atuais, isto é importante.

O Economiário - Como deverão ser feitos os cálculos de cada um desses grupos de participantes da Funcef?

SFS - Para os participantes com benefício saldado tem que ser feito o cálculo separado dos ativos e dos assistidos, os de benefício não saldado, também ativos e assistidos. Faz a contabilidade separada, mas o ativo do Replan que é o patrimônio do Replan é que assegura todos os direitos dos saldadores. Com esta proposta de reformulação, entre outras coisas, a gente está propondo a modificação no nome do antigo Replan que seria PGS (Plano Geral com Saldamento), que prevê a opção de saldamento para os participantes deste grupo. Para o participante ativo facultativo, o saldamento implica na cessação das contribuições nos direitos aos benefícios, quando da conces-

são do Novo Plano e o benefício saldado será calculado com base na diferença entre o valor do salário de contribuição do Replan e o valor do benefício do INSS, bem como o benefício proporcional da idade do participante na concessão do benefício. Neste caso, são beneficiados os participantes ativos ou os facultativos do grupo, e a maioria é de ativos.

O Economiário – Na migração para o novo plano de benefícios quem se beneficiaria com a mudança: aposentados, pensionistas ou ativos?

SFS - Como no processo idêntico de não ter diferenciação entre os processos de migração, que foi oferecido lá atrás e o processo que está sendo apresentado agora, o que está se propondo é que para quem não recebeu aqueles 9% de aumento no benefício está agora se estendendo para todo mundo, ativos e aposentados que fizeram a opção do saldamento 10.71% de reajuste no benefício. Por que isto? Porque lá naquele processo foram dados 9% com os recursos de todo plano. Então, para não penalizar ninguém tem que ser estendido o reajuste de 9% para todo mundo e para o atualizado a gente tem 10.71% referente à questão da antecipação de 10% da reserva matemática que foi garantida lá atrás e vai ser dada novamente, lembrando que, com a redução proporcional do benefício por ocasião da sua concessão ou do processo de adesão.

Isso implica, novamente, talvez num grande problema ainda a ser resolvido que é a responsabilidade da Caixa com eventuais desequilíbrios de aportes futuros decorrentes de insuficiências variadas. Este é um processo que ainda está em negociação e dentro dos problemas a serem resolvidos.

O Economiário – Quando os participantes abrangidos no PMPP terão seus problemas resolvidos, inclusive o atraso de benefícios?

SFS - Aqui nós temos diversos companheiros que são PMPP. O fato histórico é que em 69 o regime trabalhista e estatutário e CLT, em 77. Em 96, a Caixa cria, para complementar a aposentadoria do

pessoal o Plano de Melhoria de Proventos e Pensões (PMPP), atendendo a uma exigência do Tribunal de Contas da União.

A Caixa passa um quantitativo de pessoal que era aposentado pelo FAT e transfere para o INSS. E teve nesse momento uma ordem de serviços que se chama OS/INSS/552, que disciplina como seria o cálculo do benefício e como será definido o reajuste desses benefícios. A questão é complexa, mas de construída de forma muito simples. Essa Ordem de Serviço garante aos participantes do PMPP o benefício como se tivesse em atividade, sendo corrigido o benefício nos mesmos índices da empresa patrocinadora, a Caixa Econômica Federal.

Então isso significa a Ordem de serviço 552, de 1995. Tem um processo de 1998 das entidades solicitando ao atual Ministério da Previdência Social o pagamento dos retroativos e, na mesma época talvez até por coincidência, o INSS altera este dispositivo e publica outra Ordem de Serviço, OS 614, cancelando os efeitos da 552.

A nova OS trás uma alteração significativa. Ela diz o seguinte: “As regras de cálculo de benefício e do reajuste são os do Regime Geral da Previdência Social, ou seja, estabelecendo teto, periodicidade e o índice de reajuste, pago a todas as aposentadorias do INSS.

Em 2001, a Caixa deu o primeiro reajuste diferente de zero ou diferente de um, que foi 5%. E a Funcef, que era encarregada de mandar a comunicação, em conjunto com a Caixa, para o INSS, dizendo qual era o índice a ser aplicado e o Instituto recebeu e indeferiu-a, dizendo que não ia ser reaplicado aquele índice de reajuste de 5%. Então essas pessoas que são aposentadas nesse regime não receberam os 5%, não ganharam o reajuste e nem tampouco agora o 3º reajuste.

Em 98 foi o último reajuste que eles receberam. Quem são essas pessoas? O que a gente já conhece, pessoas com data inicial de benefício até 31 de dezembro e pessoal registrado com data de benefício entre 1/1/77 e 31/7/77; hoje estão no INSS recebendo diretamente do INSS, temos 1.748 benefícios. Entre aposentados ou seus dependentes.

O QUE ELES PENSAM E DIZEM

“A maioria dos resultados apresentados pela Funcef é falsa”

No primeiro painel da palestra “Novo Plano de Benefícios e PMPP”, no auditório da Caixa, no Rio, em 26 de janeiro, os palestrantes dissecaram sobre temas que mais preocupam a todos e expressaram a real situação enfrentada por aposentados, pensionistas e ativos. Para Francisca de Assis, membro eleito do Conselho Deliberativo da Funcef, “a maioria dos resultados positivos que a Funcef tem apresentado durante esses anos é falsa, é “fantásmica”. Basta a gente fazer o cálculo dos passivos trabalhistas que já estão acumulados na Justiça. Estamos pedindo à direção da Funcef sete balanços, estamos inclusive baseado em relatório da auditoria, a Funcef tem em torno de seis mil ações protocoladas”.



Francisca de Assis,
membro eleita do Conselho
Deliberativo da Caixa

“Nós, conselheiros eleitos da Funcef, não temos a possibilidade de negociar com a Caixa e a Funcef abrindo mão de recursos que vão fazer falta. Foi por isso que nós votamos, os três, contra o acordo da dívida e o acordo foi aprovado pelo voto de “Minerva”. Nós temos essa parte que a Caixa conseguiu reduzir o valor que ela levantou para a Funcef e desconfiamos que esse valor faça falta para tudo que a Caixa deixou de fazer ao longo de sua vida. Cada vez que a Caixa fez uma modificação no seu Plano de Cargos e Salários, ela deveria calcular quanto seria que ela deveria garantir como reserva para a Funcef ter a aposentadoria de cada um de vocês.

A Caixa divulgou uma cartilha anunciando que estava aportando 350 milhões (não sei qual a moeda daquele tempo) para criar a Funcef. Um aposentado, alguns dias atrás, disse que ela aportou 134 milhões. Ai já começou a faltar dinheiro, de lá para cá. Boa parte do que a Caixa passou para a Funcef que hoje é parte deste investimento, são os imóveis.

Grande parte da dívida da Caixa com a Funcef foi paga em imóveis.

**“A CAIXA DIVULGOU UMA
CARTILHA ANUNCIANDO
QUE ESTAVA APORTANDO
350 MILHÕES PARA CRIAR
A FUNCEF.
UM APOSENTADO DISSE
QUE ELA APORTOU
134 MILHÕES.
AÍ COMEÇOU A FALTAR
DINHEIRO”**

A Caixa, por conta das medidas do governo, deixou de fazer correção salarial durante dez anos. E isso faz falta, porque em cima da correção salarial, a CEF teria que fazer repasse para a Funcef nesses dez anos do congelamento salarial dos ativos, e aproveitou a oportunidade, por não ter uma lei salarial, por não ter correção dos ativos, os inativos também ficaram sem correção durante dez anos. Hoje a Funcef não pode dizer, o José Carlos (membro do Conselho Deliberativo da Funcef) repetiu aqui, a maioria dos resultados positivos que a Funcef tem apresentado durante esses anos é falsa, é “fantásmica”. Basta a gente fazer o cálculo dos passivos trabalhistas que já estão acumulados na Justiça. E estamos pedindo à direção da Funcef sete balanços, estamos inclusive baseado em relatório da auditoria, a Funcef tem em torno de seis mil ações protocoladas que são do conhecimento de todo o mundo, daqueles que tiveram a coragem e a paciência de pedir na Justiça os direitos que lhes foram negados.”



Sérgio Francisco da Silva,
diretor de Benefícios
e de Administração da Funcef

“Quem é que vai aderir ao novo plano e/ou pode aderir seriam os empregados da Caixa ainda não associados, que não é o caso aqui. Acho que não tem ninguém aqui que seja empregado desta nova geração da Caixa, que ainda não se associou. Se tiver algum a gente convida a vir se associar. Tem os ativos que ainda estão no REG Replan e podem fazer o saldamento, oriundos do REG Replan. Este é um capítulo especial, pois existe uma indefinição no processo de migração de quem está na ativa e fez opção lá atr. Vai poder fazer uma nova opção? E os ativos do REG ainda estão sem definição. Devem ficar mais ou menos assim: temos a consciência de que vai ter que ser mantido o REG para quem não fez processo de adesão ao Replan, convertendo no PGS e além de abrigar do REG saldados, os ativos que fizeram a opção pelo saldamento, o que chamamos de original aquele que não quiser fazer nenhuma opção, permanecendo tudo do jeito que está.

Vamos ter, paralelo a isto, um novo plano recebendo os novos associados e o pessoal ativo que fizer a opção pelo saldamento. São estas as premissas, e é bom recordarmos o tempo todo a igualdade de direitos, sempre tendo como referência, que todos os participantes devem ter o mesmo tratamento. Então, esta solução a gente está apresentando, buscando o tempo todo essa igualdade de direito, seja de quem fez opção lá atrás pela migração e quem fizer agora o processo de adesão. O cálculo vai ser retroativo à mesma data para que a igualdade de direito seja preservada. Em relação aos aposentados e ao pessoal da ativa, já que a Caixa deu o incentivo de 9% aos assistidos que fizeram o processo de migração e não ofereceu ao pessoal da ativa, aqui também a gente está se manifestando contra este item.”



Yona Dias Monteiro,
presidente da Unei

“Boa tarde meus colegas e amigos e meu vice-presidente. Eu me sinto muito honrada e agradecida por estar participando aqui da mesa de trabalho e penso que, juntos, nós podemos fazer uma grande coisa em prol da classe. Obrigada!”

“É necessário que o INSS assuma o pagamento dos proventos atrasados”



José Carlos Alonso,
presidente da Fenae e membro do Conselho Deliberativo da Funcef

“Este debate sobre a responsabilidade da Empresa é um debate que foge ao ambiente da Caixa, e passa por um processo de negociação que envolve outras esferas do governo: Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda, Ministério da Previdência; e nós vamos precisar conhecer bem as dificuldades que estamos atravessando, discutirmos quais as possibilidades, qual o limite que vamos poder atingir,

qual o limite que nós podemos transigir na negociação, mas vamos ver se a Caixa não tiver novo aporte de recursos, nós só vamos, mais uma vez, consertar problemas que já existem na Funcef desde a sua criação.

“VAMOS CONSERTAR PROBLEMAS QUE JÁ EXISTIAM NA FUNCEF”

Mas com a união de todas as entidades, com a união dos aposentados, ativos, pensionistas, trabalhando em conjunto, tenho a certeza que vamos conseguir encontrar o caminho e uma solução, porque para quem construiu uma empresa do porte da Caixa, para quem construiu uma Fundação do porte da Funcef, não tem problema que não possa administrar. Quero parabenizar a participação sempre ativa do pessoal aqui do Rio de Janeiro e, se em todos os estados isto conseguisse proliferar com a frequência que vocês fazem esta discussão, tenho certeza que conseguiríamos caminhar muito mais rapidamente.”



Carlos Levino,
vice-presidente da Fenacef

“Como executar a questão do reajuste ainda não está resolvida, é um problema da decadência ou da data de renovação. São duas coisas que têm a mesma finalidade, chegam no mesmo lugar, isso é uma questão técnica a ser resolvida, esse assunto está na mão do diretor do INSS, Jéferson, em Brasília. Ele está tendo boa vontade, pelo menos é o que transparece. Esperamos que a Diretoria resolva isso rapidamente. Por quê? Porque a gente espera agora. Se isso for aprovado como está sendo pro-

posto, todos terão o mesmo índice de reajuste, a partir de 98.

A questão dos atrasados é secundária porque o importante para todos nós é o reajuste. Por quê? Em primeiro lugar, porque vai resolver o problema de acertos salariais (*entre aspas*) para todo o pessoal envolvido. Claro que são só R\$ 100,00 durante seis anos, não é possível! Quem manda, através da Lei, fracionar no Brasil? E, por outro lado, para esses que ainda não estão na Funcef, é necessário que o INSS assuma a responsabilidade pelo pagamento dos proventos pelo resto da vida de todos nós. Por que isso? Simplesmente porque a Funcef não tem reserva. Por que ela não tem reserva? Porque quando foi citada a nova norma 552, é claro que as dificuldades passaram para o INSS, não tinha por que a Caixa manter as verbas da Funcef, por uma coisa que não existia. Então, agora só há como resolver por esse lado, espera-se que nos próximos 30 dias, ainda em fevereiro, esta nova verba chegue ao final em termos de INSS.”

Tiquete Alimentação: relato da sucessão de acordos anunciados



Paulo Sérgio Ferreira,
assessor-técnico de Logística da vice-presidência da Caixa

A questão do tiquete alimentação foi feito um pedido pela Fenacef em 2002, para encontrar uma solução em

relação ao pagamento do auxílio alimentação em função do sucesso das ações judiciais dos aposentados e pensionistas. Em 2004, fizemos algumas reuniões com o Levino e o pessoal da Fenacef e tivemos uma proposta para o acordo.

Esta proposta foi objeto de três avaliações na Diretoria Jurídica, em função de que não contempla a totalidade da proposta feita pela Fenacef — o restabelecimento do auxílio alimentação para todos os aposentados e pensionistas e do atrasado, mediante acordo ao percentual variável em função dos estágios que as ações na Justiça e o grau de sucesso que cada uma tem, para aquelas que estão com duas ou três avaliações em função da

Caixa. E ontem (dia 25 de janeiro) tivemos uma reunião lá em Brasília, com o Levino, todos os representantes do INSS, o vice-presidente de Logística da Caixa, Paulo Bretãs.

E concluímos essa avaliação, constatando que faltam apenas algumas solicitações que estão incompletas.

Mas, de imediato, posso dizer para vocês que o documento vai ser levado ao Conselho Diretor da Caixa, se possível na semana que vem, contendo uma proposta para que seja feito um acordo de forma que todos aqueles que recebiam o auxílio alimentação e deixaram de receber, ou seja, aqueles que estavam aposentados em fevereiro de 1995, voltem a receber

imediatamente. E que seja feito o pagamento dos valores em atraso da forma proposta pela Fenacef, através de parcelamento que ainda não está definido.

Foi feita uma proposta anterior a esta, mas ainda não tem definição, ou seja, estaremos levando na semana que vem (depois do carnaval?). Seria um bom tratamento a ser dado àquelas pessoas que não têm processo na Justiça, na próxima quarta-feira estará definido (assuntar, quando?), possivelmente 95% de certeza posso dizer que nós vamos ter uma solução que contenha todo esclarecimento de auxílio alimentação para aqueles que recebiam até fevereiro de 95.”

Público tira dúvidas e esquenta debate

A participação da platéia abrilhantou a palestra, em seu segundo e último painel, demonstrando que os aposentados e pensionistas da Caixa estão preocupados com os problemas sem solução que se arrastam nos gabinetes palacianos e, a rigor, pelo futuro cada vez mais abreviado pelo tempo. Na verdade foi um exercício de respeito à cidadania e conquista de direito adquirido. Os apartes, das mais de 400 pessoas que lotaram o auditório da Caixa, não se limitaram às deploráveis claquas de programas de auditório. Os temas que despertaram mais interesse foram o pagamento dos atrasados dos tíquetes alimentação, o PMPP, a migração para o Novo Plano de Benefícios, Pós-87, enfim, as cerca de seis mil ações judiciais contra a Funcef.

A efetiva participação da platéia começou com o desenvolvimento da pauta organizada pela Diretoria da APACEF/RJ, representada pelo presidente da entidade e organizador do evento, Olívio Gomes Vieira, que foi o apresentador do encontro. A perguntas foram formuladas aos palestrantes por escrito e dirigidas à mesa. A associada da APACEF/RJ, Idalina Ripper Lamarão, quis saber do vice-presidente da Fenacef, Carlos Levino, por que não são respeitados os Estatutos da CEF e da Funcef no que diz respeito aos direitos iguais de aposentados e ativos. Como ficará essa paridade no Novo Plano de Benefícios?

Segundo Levino “a paridade deixou de ser reconhecida pela Caixa a partir de 1993. Ela criou um sistema novo de remuneração dos ativos, que ela dar um piso de melhor. No entanto, ela não paga a Previdência, a Funcef e o INSS. Então, isso gerou o passivo na Funcef que não pode aumentar os proventos dos seus assistidos e, se não tiver a reserva necessária para isso, ilegal”, acrescentou reconhecendo que “a própria Caixa Econômica é que decidiu que não haveria mais a paridade. Algumas questões que decidem vieram de colegas da ativa que tinha o piso de mercado e estão, parece-me, com uma solução à vista”.

Por sua vez, o aposentado Carlos de Azevedo, formulou a seguinte per-



Adão Sereno fez um depoimento comovente sobre as perdas salariais dos aposentados



A platéia ouviu atentamente os temas abordados durante a palestra

gunta à conselheira Francisca de Assis: Há prazo de resposta para o requerimento de migração para o REB feito por participante ou assistido? Ela declarou que pediu ao Sérgio (diretor de Benefícios e de Administração da Funcef) “para avaliar o requerimento que ele fez, não tem um prazo estipulado, embora tenha uma legislação que impõe muitas responsabilidades a todos os gestores, não tem um prazo definido, porque algumas coisas que são solicitadas na Funcef, dependem das outras instâncias, os Conselhos da Caixa e da Funcef”. Ela fez questão de enfatizar que “nem tudo a gente responde, agora o que é possível, a gente responder, a Diretoria de Benefícios de Administração tem a obrigação de responder aos participantes”.

O Novo Plano de Benefícios está aprovado pela Diretoria da Funcef, segundo afirmou Francisca de Assis, e já tenha sido encaminhado para o Conselho de Administração da Caixa e para o Conselho Deliberativo da Funcef pelo Ministério do Planejamento, pela Secretaria de Previdência Complementar, que, passou a ser

agora uma entidade autônoma e independente e com melhor preparo para fiscalização dos fundos de pensão. “A nova estrutura da Secretaria de Previdência Complementar foi autorizada agora dia 31 de Dezembro, “para fazer valer a legislação que existe e protege hoje os participantes melhor do que ele fazia antes”, explicou Francisca de Assis.

Um dos assuntos que despertaram mais interesse diz respeito ao desconto em folha de pagamento, foi abordado pelo associado da APACEF/RJ, Lécio Heitor Ropon Pereira Leite e respondido pelo diretor de Benefícios e Administração da Funcef, Sérgio Francisco da Silva: “O critério de descontos obrigatórios (INSS, imposto de renda, os descontos previdenciários) que são os compromissos com a Fundação. E outros relativos a convênios com as associações, como a Unei, esses descontos são cativos e obrigatórios. Então é de inclusão e exclusão do débito, tem a ver com o relacionamento das pessoas com as entidades, a gente não vai perguntar a cada um se quer descontos ou não. Temos as

entidades de representação e a gente respeita o encaminhamento que vem das entidades e executa os descontos ou os créditos.

Outro assunto que mereceu atenção da platéia foi a aprovação pelo governo no final do ano passado das Parcerias Público-Privadas (PPPs). O aposentado Edson Júlio da Costa dirigiu-se ao diretor Sérgio Francisco da Silva indagando sobre as áreas que poderiam ser contempladas com investimentos oriundos das PPPs.

Para o dirigente “esse é um tema novo que a Funcef participou ativamente dos debates na Câmara dos Deputados e no Senado, colocando seu ponto de vista; agora, na questão do direcionamento, a Fundação vai fazer um debate amadurecendo na Diretoria e no Conselho Deliberativo, que nós estamos abertos para avaliar os projetos que estejam vinculados a questão das PPP's. A pergunta veio à tona porque em entrevista à Revista IstoÉ, o presidente da Funcef, Guilherme Lacerda, sobre a participação na aplicação de recursos pelos fundos de pensão.

Entre tantos assuntos que mereceram atenção, o Pós-78 foi recorrente. A aposentada Júlia Esposel quis saber se a solução desse problema virá com o novo Plano de Benefícios. Segundo ela, a solução viria com o pagamento, aliás já quitado, da dívida que a Caixa tinha com a Funcef, pois ele já consta do balancete da Fundação. Precisamos de mais transparência e competência nas atitudes da Funcef”, afirmou Júlia. Para Sérgio Francisco da Silva está sendo construída a solução do Pós-78 em conjunto com essa solução do Novo Plano. “A Funcef fez a opção que dentro do processo de negociação

(Continua na página 7)

(Continua na página 6)

concluído com o Grupo de Trabalho, que tem participantes dos assistidos, dos amigos, da Caixa e da Fundação, apresentando uma proposta que dá solução para a questão do Pós-78 e teve o entendimento de que a gente vai complementar todas essas alterações num só plano”, explicou.

“O NOVO PLANO DE BENEFÍCIOS ESTÁ APROVADO PELA DIRETORIA DA FUNCEF”

(Francisca de Assis)

Ele fez questão de enfatizar que “estamos tentando resolver com essa solução que está sendo apresentada a maioria dos problemas; nós não vamos resolver só o problema dos Pós-78, o que nós estamos fazendo é pedindo mais de paciência, que nos permita fazer isso. Não dá para resolver cada um dos problemas isoladamente, porque resolvemos os dos Pós-78, isoladamente, e os demais? Nós vamos resolver, também!” desabafou acrescentando: “Vamos resolver todos esses problemas de uma vez só, e é isso que nós estamos apresentado e debatendo”.

Conforme indagou Álvaro Romano, em aparte durante o encontro, porque a Funcef não reconhece os direitos daqueles que ainda preservam o respeito e o carinho pela CEF e não priorizam ações judiciais já decididas em juízo?



Romano deu seu depoimento destacando a luta do PMPP e fez reivindicações aos dirigentes da Funcef

Segundo o aposentado Láo-Tsen garantiu que entrará com ação judicial contra a Funcef para reparar o tíquete alimentação: “Entendi as razões e descordo delas, e entendo as suas limitações, e, então em função disso

eu já lhe digo. Vou entrar com uma ação na Justiça, agora pra nós e o seguinte: nós sempre fazemos muitas críticas aos outros e nós não vemos qual é o nosso papel no processo da história.

Mas qual é a nossa participação? Eu não quero entrar em polemica, a questão homem e mulher, mas eu só vi a Francisca e a outra Senhora, não é a questão que o homem é mais inteligente, a mulher é tão inteligente quanto ao homem”.



O aposentado Láo-Tsen é mais um que ingressará na Justiça contra o não pagamento do tíquete alimentação

Por sua vez, Silvino R. Belo fez várias indagações a respeito da solução definitiva proposta para o Sasse/PMPP. Segundo ele questiona por que as associações representativas dos aposentados e pensionistas economiários “não tomam a iniciativa de mobilizarem os interesses e de promoverem uma caravana a Brasília?” Ele sugere ainda que este gesto seja através de “um acampamento em frente ao Palácio do Planalto para chamar a atenção e a sensibilidade do presidente da República para a solução das questões sociais”. Segundo Belo só através da pressão será possível a conclusão do citado voto para a deliberação final do colegiado do INSS.



Silvino R. Belo declarou que a solução do Sasse/PMPP depende da mobilização das classes associativas

Eleições na Fenaef dia 17 de março

No momento em que esta edição de *O Economiário* chega a vocês, foram divulgadas as chapas concorrentes à eleição da Fenaef, entidade dos economiários que congrega os ativos.

Eu me sinto honrado em ter sido convocado a integrar a Chapa 1, encabeçada por José Carlos Alonso e Pedro Eugênio, que bem encarnam a representatividade do Movimento, há alguns anos, dos empregados da Caixa. As lutas em defesa da empresa e de seus empregados os credenciam para assumir mais um mandato.

Como aposentado e com o apoio da Fenaef, aceitei o convite com o intuito de poder levar avante os propósitos que me trouxeram de volta às lutas associativas. Acredito que, unidos, aposentados e ativos, possam ajudar-se no sentido de ampliar forças à reconquista de direitos e estender para os aposentados as vitórias obtidas pelos ativos.

Espero contribuir no exercício da função de Conselheiro Fiscal e, através de experiência, colaborar para o avanço da categoria.

(*Olívio Gomes Vieira*)

CHAPAS CONCORRENTES

Chapa 1 “Movimento” - Diretoria Executiva: José Carlos Alonso Gonçalves (diretor-presidente) Apcef/SP; Pedro Eugênio B. Leite (diretor-vice-presidente) Apcef/PR; Jair Pedro Ferreira (diretor de Administração Finanças) Apcef/DF; Marcos Aurélio Saraiva Holanda (diretor de Esportes) Apcef/CE; Emanuel Souza de Jesus (diretor de Cultura) Apcef/BA; Maria de Jesus Demétrio Gaia (diretor de Comunicação e Imprensa) Apcef/PA; Jesse Krieger (diretor-executivo) Apcef/PR; José Miguel Correia (diretor-executivo) Apcef/PE; e Fernando Ferraz Rego Neiva (diretor-executivo) Apcef/MG.

Conselho Fiscal: Olívio Gomes Vieira (1º conselheiro) APACEF/RJ; Maria Eny Estevam (2ª conselheira) Apcef/SP; Charles Robert Rabelo Campos (3º Conselheiro) Apcef/MA; Maristela da Rocha (1ª suplente do Conselho) Apcef/RS; Luiz Ricardo Maggi (2º suplente do Conselho) Apcef/RJ; e Ely Custódio Freire (3º suplente do Conselho) Apcef/AL.

Chapa 2 “Oposição para Mudar a Fenaef” - Diretoria Executiva: Wilson Aparecido Ribeiro (diretor-presidente) Apcef/SP; Valter Celso Bueno Soares (diretor-vice-presidente) Apcef/MG; Otacílio Pereira Ramalho (diretor de Administração e Finanças) Apcef/RJ; Irineu Pedro Fosqueira (diretor de Esportes) Apcef/RS; Liceu Luís de Carvalho (diretor de Cultura) Apcef/RN; Enock Bezerra da Silva (diretor de Comunicação e Imprensa) Apcef/MA; John Ralph Goodwin (diretor-executivo) Apcef/BA; Maria Iraci Sampaio Barreto (diretor-executivo) Apcef/CE; Osmar Alves Sampaio (diretor-executivo) Apcef/PR.

Conselho Fiscal: José Carlos da Costa Cunha (1º conselheiro) Apcef/PI; Ronaldo de Souza Brito Júnior (2º conselheiro) Apcef/GO; Paulo Cezar Moraes de Lima Apcef/PA; Elisa Neves da Costa (2ª suplente) Apcef/ES; Carlos Roberto da Silva Curvelo (3º suplente) Apcef/SP.

Chapa 3 “Autonomia e Luta” - Diretoria Executiva: Clóvis Mena Dutra (diretor-presidente) Apcef/SC; Rita de Cássia Santos Lima (diretor-vice-presidente) Apcef/ES; Alberto Silva Júnior (diretor de Administração e Finanças) Apcef/DF; Amauri Ricardo de Almeida (diretor de Esportes), Apcef/SP; Maria Bernadeth Vieira Martins (diretor de Cultura) Apcef/ES; Hella Sayeda Dietrichkeit Pereira (diretor de Comunicação e Imprensa) Apcef/CE; Ari Ferreira Moreira (diretor-executivo) Apcef/RJ; Célia Regina Ferreira de Almeida (diretor-executivo) Apcef/RJ; Marlene de Fátima Alfredo (diretor-executivo) Apcef/MG.

Conselho Fiscal: Léo Paim de Mesquita (1º conselheiro) Apcef/RS; Suzete Goedert (2ª conselheira) Apcef/SC; Paulo Roberto Kikuda (3º conselheiro) Apcef/SP; João José Barbosa Sana (1º suplente do Conselho); Ângela Maria Fassina Thebaldi (2ª suplente do Conselho) Apcef/ES; Luiz Eduardo de Arruda (3º suplente) Apcef/DF

DIA INTERNACIONAL DA MULHER 8 DE MARÇO

TARDE DE CONFRATERNIZAÇÃO EM HOMENAGEM ÀS MULHERES

PALESTRA COM A PSICANALISTA DA 3ª IDADE E PSIQUIATRA
DRA. ANA ELIZA PENALBER

TEMA: SEXUALIDADE DA MULHER NA MATURIDADE,
AUTO-ESTIMA E POR QUE A CULTURA E A CIÊNCIA APONTAM
APENAS A JUVENTUDE COMO POSSIBILIDADE DE FELICIDADE
E QUALIDADE DE VIDA?

LOCAL: AUDITÓRIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

HORÁRIO: DAS 14H ÀS 16H
APÓS O EVENTO SERÃO REALIZADOS SORTEIO DE BRINDES E
LANCHE, NA SEDE DA APACEF/RJ, AV. ALMIRANTE BARROSO,
Nº 6/4 ANDAR

ANOTE NA AGENDA E PRESTIGIE

REALIZAÇÃO:

DEPARTAMENTO SOCIAL E CULTURAL-APACEF/RJ

SEJA SÓCIO

25 Anos

APACEF/RJ

*Só assim mostraremos a nossa força.
Ela é produto da união, respeito,
solidariedade e transparência.*

APACEF/RJ CAMINHANDO EM NOVOS TEMPOS

Jogo de memória: você está nesta foto?

Foto: Paulo Rêgo



Concorra a uma passagem aérea de ida e volta ao Simpósio de Alagoas, em novembro de 2005. O concurso faz parte das comemorações de 25 anos da APACEF/RJ. Esta é a segunda foto da promoção.

Com relação à primeira foto, recebemos as respostas de Ernani Ducan de Aguierre (presidente do ex-Sasse), Yona Dias Monteiro (presidente da Unei), Yara Dias Monteiro (diretora Social da Unei), Joaquim Ferreira de Barros Filho (associado da APACEF/RJ), Carlos Levino (vice-presidente da Fenacef), José Maria de Carvalho Junior (presidente do Conselho Deliberativo da APACEF/RJ).

Agradecemos a todos que nos enviaram suas respostas, e nos ajudam a resgatar a história da Caixa.

O resultado da apuração das duas etapas será divulgado na fase seguinte.

Vamos concorrer. Exercite sua memória